

Cultura de solidariedade e comunicação popular: análise sócio-histórica de publicações impressas de trabalhadores e trabalhadoras (ABC e Grande São Paulo, décadas de 1970 e 1980)

Vanessa Miranda¹

Universidade Federal do Amazonas (Manaus, AM, Brasil)

Odair Furtado²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil)

Este artigo discute a organização de movimentos populares no ABC Paulista e na Grande São Paulo e suas lutas pela democracia durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Concomitante a uma sistemática de trabalho de base e de busca de diálogo constante com a classe trabalhadora, encontramos nesse período significativa elaboração, confecção e distribuição de materiais de comunicação popular produzidos pelos próprios movimentos atuantes nas décadas de 1970 e 1980. Da análise desses registros, depreende-se processos de organização, cultura e solidariedade, evidenciando-os como dimensão subjetiva da realidade. A partir da psicologia sócio-histórica, identificamos nessas experiências criações de linguagem visual e escrita que desejam transformar e comunicar aspectos culturais da classe trabalhadora voltados à autonomia dos sujeitos, sua emancipação e práticas de solidariedade diante de adversidades socioeconômicas e da violência de Estado. Nesse percurso, buscamos empreender um diálogo interdisciplinar com a psicologia social e autores ligados às áreas de história, artes visuais e estudos histórico-culturais.

Palavras-chave: Trabalhadores, Trabalhadoras, Cultura, Solidariedade, Comunicação popular, Dimensão subjetiva da realidade.

Culture of solidarity and popular communication: a socio-historical analysis of printed publications by workers (ABC and Grande São Paulo, 1970s and 1980s)

This study discusses the organization of popular movements in ABC Paulista and Greater São Paulo and their struggles for democracy during the civil-military dictatorship (1964-1985). Together with a system of grassroots work in search of constant dialogue with the working class, we find a significant elaboration, production, and distribution of popular communication materials produced in this period by the movements which were active in the 1970s and 1980s. Our analysis of these records shows organizational, cultural, and solidarity processes, constituting a subjective dimension of reality. Based on socio-historical psychology, we identified creations of visual and written language in these experiences which wished to transform and communicate cultural aspects of the working class aimed at subjects' autonomy, their emancipation, and solidarity practices in the face of socioeconomic adversities and state violence. Along this path, we seek to engage in an interdisciplinary dialogue with social psychology and history, visual arts, and historical-cultural authors.

Keywords: Workers, Female workers, Culture, Solidarity, Popular communication, Subjective dimension of reality.

1 <https://orcid.org/0000-0001-7570-3155>

2 <https://orcid.org/0000-0001-5781-146X>

Introdução

Em materiais alternativos de comunicação popular, produzidos pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, participantes dos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980, no ABC Paulista e na Grande São Paulo, apreendemos diferentes representações que os movimentos criam de si, e que se contrapõem às imagens da classe dominante sobre esses sujeitos históricos, para não dizer também das diferenças que guardam com relação aos projetos racionalizantes de uma “vanguarda” de esquerda, muitas vezes, etapista e esquemática no seu projeto de transformação social. As imagens e representações que se contrapõem aos ideais dessa “vanguarda”, seja recuperando-os ou criticando-os, abrem espaço para a criação de cultura, entendida como “todo um modo de vida” (Williams, 2015, p. 5) por aqueles novos sujeitos em luta (Paoli et al., 1983). Designamos movimentos populares às iniciativas de organização vindas de trabalhadores e trabalhadoras no período aqui estudado, principalmente quanto à articulação entre os movimentos de leigos (Pastoral Operária e Juventude Operária Católica) e o movimento grevista (1978-1980) em torno das lutas por democracia e defesa dos trabalhadores no interior das fábricas, além da participação das igrejas católicas progressistas nos bairros pobres e favelas (Miranda, 2020). A produção de materiais impressos desses enfrentamentos, divulgados à classe trabalhadora em formato de boletins e cadernos informativos, cartazes, convites culturais e folhetins de missa, é o que identificamos nesta pesquisa como comunicação popular. Trata-se de material produzido, elaborado e salvaguardado em centros de documentação, muitos deles criados entre 1970 e 1990 (Cruz, 2013), com “o compromisso de preservar a memória de resistência e organização popular, mas não para armazená-la apenas, mas para divulgá-la para que servisse de instrumento de transformação” (Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, 2019).

Neste percurso analítico, percebemos que os movimentos de leigos e o movimento grevista não surgiram espontaneamente. Eles são frutos de processos de organização grupal extremamente complexos, que resguardam inclusive entre si uma tradição de lutas sociais anteriores ao período em questão (Almeida, 2008), algo que confere à memória social das lutas do ABC Paulista e Grande São Paulo um vigor político também nos campos intersubjetivo e psicológico das relações humanas ali envolvidas (Miranda, 2020).

Na base desses processos, que apontam para uma “cultura de solidariedade” em formação (Rebérioux, 1992), encontramos a manutenção e criação de valores e crenças cultivados no seio dos ideais da teologia da libertação, do socialismo e das lutas por democracia, fundamentos para uma psicologia da libertação, como propôs Martín-Baró (2006).

Compondo essa “cultura de solidariedade” estão os sindicatos adeptos ao novo sindicalismo, as feiras de cultura operária popular e os festivais de música popular, além das próprias igrejas do ABC acolhendo as assembleias dos trabalhadores nos momentos de maior repressão da ditadura. Outras presenças constantes foram os fundos de greve, com pontos de distribuição de alimentos por todo o ABC Paulista, reuniões nas comunidades eclesiais de base, nos clubes de mães e nos salões paroquiais das igrejas, significando esses espaços, naquele momento, lugares para exercício de cidadania, humanismo e solidariedade. Sobre essas experiências durante a greve dos metalúrgicos do ABC, em março de 1980, escreveu d. Cláudio Hummes em relatório enviado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB):

Contam-se episódios emocionantes na coleta desses fundos de solidariedade: numa favela, os moradores fizeram questão de organizar uma coleta para os grevistas; uns contribuíram com uma xícara de arroz, outros com um ovo e assim por diante; uma latinha vazia de óleo de cozinha girou de barraco em barraco até ficar cheia. No interior do Brasil, um grupo de posseiros, expulsos de suas terras, e escondidos no mato, resolveram fazer uma coleta entre si e somaram Cr\$ 2.000,00

para mandar aos metalúrgicos do ABC. Era o óbolo da viúva! A solidariedade dos pequenos na mesma luta! Nos bairros da periferia do ABC o povo se organizava, apoiava e sustentava a greve! Até as mulheres e crianças, contrariando a ordem da repressão, saíram as ruas numa passeata de solidariedade, no meio dos brucutus, cães policiais e cassetetes (Hummes, 1980).

Os gestos solidários, aos quais o relatório de d. Cláudio se refere, foram conquistados a partir da articulação e organização das bases dos movimentos populares associados aos sindicatos de oposição à ditadura, e vice-versa. “A solidariedade dos pequenos na mesma luta” significava a existência de uma miríade de ações de resistência e união capaz de transformar as reivindicações por igualdade econômica dos mais vulneráveis (trabalhadores em greve, trabalhadores sem-terra, mulheres e crianças) em luta política cujos contornos agregavam uma noção de unidade de classe. Uma luta que se espalhou das favelas, bairros pobres e das fábricas utilizando redes de distribuição de materiais de comunicação popular como importante meio para enraizamento de uma “cultura de solidariedade” na classe trabalhadora.

Sandoval (1994) ratifica essas ligações em sólido estudo que aborda as greves dos metalúrgicos de 1979 e 1980, ocorridas no ABC Paulista, valorizando essas experiências no âmbito da criação de consciência política e de sua importância no fortalecimento não só do ponto de vista econômico dessas relações, mas afetivo e moral, conquistadas por diversificada rede de organizações operárias durante as greves de 1979 entre os sindicatos e a presença dos movimentos de leigos e populares nos bairros.

O apoio institucional oferecido pela Igreja refletia as profundas raízes que o novo sindicalismo possuía entre as Comunidades Eclesiais de Base da região. De fato, desde o final de 1979 os ativistas de São Bernardo do Campo e Diadema discutiam a necessidade de se consolidar uma nova forma de organização das bases através da articulação do local de trabalho com as associações populares dos bairros operários. Portanto, mesmo antes da campanha salarial que precedeu a greve de 1980, o sindicato havia organizado um comitê de quatrocentos membros para correr a região contatando os trabalhadores nas SAB [Sociedade Amigos de Bairro] e CEB [Comunidades Eclesiais de Base], a fim de se formarem núcleos sindicais... Essa extensão do sindicato para além do município de São Bernardo é demonstrada pelo fato de, durante a greve, os líderes terem estabelecido postos de distribuição de fundos de greve não apenas na catedral de São Bernardo, mas também em outras partes metropolitanas de São Paulo. Foi através desses centros que se distribuíam diariamente alimentos básicos e boletins de greve aos trabalhadores, além de se realizar a coordenação regional das reuniões dos grevistas vindos das associações comunitárias locais (Sandoval, 1994, pp. 144-148).

Outro aspecto abordado por Sandoval (1994, pp. 149-151), tema que será analisado mais adiante neste artigo, diz respeito às relações entre o novo sindicalismo e as comissões de fábrica, estas consideradas pelo autor como “pedra angular” na organização de base dos trabalhadores e do movimento grevista. Somado a isso, a valorização de materiais de comunicação popular produzidos por movimentos populares, como a distribuição de boletins de greve ressaltada no trecho citado acima, expressa resistências ao modo de produção capitalista e põe em discussão efeitos e peculiaridades da exploração da classe trabalhadora no Brasil e na América Latina, revelando “linguagens, formações culturais e projetos invisíveis em outros registros” (Cruz, 2013, p. 7). A linguagem criada nesses materiais busca denunciar as condições de opressão aplicadas diretamente sobre modos de viver e de trabalhar durante a ditadura civil-militar, e apresenta na sua composição gráfica potencialidades para “forças solidárias exercerem formas concretas de luta e construir um campo alternativo, caracterizado por uma dimensão subjetiva que sirva como cunha e questionamento das formas conservadoras e de manutenção de um sistema injusto” (Furtado, 2011, p. 98).

Referencial teórico-metodológico

Dimensão subjetiva da realidade: perspectiva crítica da psicologia sócio-histórica

Em experiências de enfrentamento e negação do sistema capitalista, encontramos terreno fértil para análise da dimensão subjetiva da realidade. Assim, Furtado (2011) atribui à psicologia o papel de compreender produções de memória social ou repertório cultural pelo trabalho dialético de superação das divisões entre interno/externo e indivíduo/sociedade.

... é preciso considerar que a Psicologia vai muito além da perscrutação dos mistérios da alma humana. É uma ciência que procura entender o fenômeno psicológico em todas as suas dimensões e a subjetividade é um dos seus objetos centrais. Como discutimos aqui, a subjetividade não é uma mera expressão do mundo interior das pessoas, mas um fenômeno que se expressa tanto individual, como sentidos, quanto socialmente, como significados...

À relação dialética produzida pelo encontro do campo de sentidos e significados e que produz uma memória social ou um repertório cultural que nos serve de referência (coisificada pelas condições históricas em que se expressam) denominamos Dimensão Subjetiva da Realidade (Furtado, 2011, p. 113).

Nessa perspectiva, o autor trata a psicologia sócio-histórica da revalorização de projetos alternativos e solidários de sociedade, buscando evidenciar que, no espaço das contradições que marcam o social no período aqui estudado, também a disputa por valores diferentes está presente. São dimensões de construção de uma subjetividade social ativa, relacionada tanto com o tempo daquele presente, como com o futuro que se ansiava e que ainda hoje almejamos: desejo de utopia. A pluralidade de vozes que marca aquele momento soube ser força ativa contra a ditadura, contrapoderes que se afirmaram pelo humor e por perspectivas alegóricas possíveis diante da censura, perseguição e violência da sociedade de classes (Silva, 2018). Como afirmam Bock e Gonçalves (2009),

O desafio nestas construções teóricas é exatamente escapar do vício da dicotomia. É preciso pensar sujeito e sociedade (fenômenos sociais) se constituindo em um mesmo processo, no qual existem estes dois âmbitos [individual e/ou coletivo], que são fundamentais para a compreensão da totalidade do real. Outro desafio é conhecer o fenômeno em seu processo histórico de constituição. A realidade não está dada; ela está em movimento e deve ser conhecida na sua dialética. Os sujeitos e as sociedades são construídos em um único processo (p. 153).

Ao problematizar a produção de representações desses fenômenos sociais que articulam projetos políticos diferentes e contraditórios na sociedade de classes, a partir de desenhos e representações gráficas, como quadrinhos em materiais (cadernos, cartazes, convites) elaborados por movimentos sociais do período aqui estudado, buscamos analisar formas de representação de sujeitos históricos em atividades de luta, solidariedade, greves e mobilizações na cidade pela garantia de manifestação e organização popular e operária e pelo retorno da democracia. Era fundamental a disputa com o discurso hegemônico controlado pela censura dos meios de comunicação de massas, que na sua maioria aderiam a esse discurso e construíam uma interpretação única da realidade, uma dimensão subjetiva de uma realidade que se expressava contraditoriamente e, objetivamente, era completamente desfavorável à vida dos trabalhadores e aos movimentos populares. Significados da luta pela democracia, do direito à cidade, aparecem nessas representações gráficas como trabalho da linguagem e apostam em perspectivas ampliadas de solidariedade, cultura e comunicação

delineadas nas lutas cotidianas pelos próprios movimentos populares do ABC Paulista e Grande São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto,

Trabalhar com a dimensão subjetiva da realidade implica a nossa capacidade de analisá-la e decifrá-la na sua origem concreta a partir de sua base material, social e histórica e, ao mesmo tempo, acompanhar a sua singularização a partir de suas configurações subjetivas nos diversos sujeitos... (Furtado, 2011, p. 113).

Ainda sobre o olhar da psicologia sócio-histórica lançado a essas experiências, que qualificamos como solidárias, do ponto de vista do exercício diário de cidadania, criação de direitos e invenção democrática, o autor reafirma o significado das práticas de solidariedade para em seguida fazer uma ressalva sobre a práxis do psicólogo envolvido nessas experiências.

Solidariedade é ação concreta e relação social; solidariedade é significação coletiva e cultural que pode e deve acompanhar as ações e tentativas que são feitas em nossa sociedade...

O que alertamos e consideramos um campo propício para o trabalho dos psicólogos é a necessidade de não pensarmos a solidariedade apenas na sua tradução econômica, mas podermos indicar e dar visibilidade às formas de pensamento, aos valores e afetos que acompanham estas experiências, tornando-se uma dimensão subjetiva que pode facilitar ou dificultar a realização das experiências (Furtado, 2011, pp. 113-114).

Com o objetivo de sair do factual das greves e capturar seus valores e afetos, realçamos a produção de significados dessas lutas nos campos do humanismo e da comunicação, evidenciando o percurso de experiências que nas fontes pesquisadas apresentam perspectivas de uma crítica democrática, a maneira do que nos apresenta Said (2007), como processo em aberto, a criação/invenção do humano, de possibilidades intersubjetivas de solidariedade.

. . . compreender o humanismo . . . é compreendê-lo como democrático, aberto a todas as classes e formações, e como um processo de incessante revelação, descoberta autocrítica e liberação. . . Não há de fato nenhuma contradição entre a prática do humanismo e a prática da cidadania participativa. O humanismo não consiste em retraimento e exclusão. Bem ao contrário: o seu objetivo é tornar mais coisas acessíveis ao escrutínio crítico como produto do trabalho humano, as energias humanas para a emancipação e o esclarecimento . . . (Said, 2007, pp. 41- 42).

Contribuinte dessa mesma visão humanista no estudo das artes, Gombrich (2007) se vale de pesquisas voltadas ao fenômeno da linguagem, para afirmar que a criação de imagens visuais na história da arte deve ser compreendida como importante campo objetivo e subjetivo de constituição de repertórios sociais. Uma imagem visual, a partir da composição de cores, formas e perspectivas, assim como o fenômeno da linguagem, constitui um “campo semântico” que permite decodificações de cunho social, pertencentes a uma estrutura ou matriz capaz de transmitir pelo traço do artista um estilo que é sempre da ordem do social e do histórico. Sendo o olhar do observador ativo na decodificação da imagem visual, do ponto de vista sócio-histórico, a interpretação, como aponta Gombrich, é uma atividade que se expressa dialeticamente como sentido, tanto no trabalho próprio do autor e da forma como ele decodifica a realidade que pretende expressar com o conteúdo elaborado quanto na produção de significados próprios do coletivo que tem a obra como referência. Desse modo, define-se outro ponto fundamental na relação entre pintor/artista, observador e sociedade: a produção de memória, pois, ao criar e comunicar diversificadas nuances de realidades,

o pintor é aquele que faz lembrar. Nessa mesma direção, Vigotski (1960/1999) afirma que “a arte é o social em nós” (p. 315), síntese analítica que recupera no seu movimento semântico a unidade dialética entre indivíduo e sociedade, buscando desfazer as amarras do pensamento que ora fixam os efeitos da arte a individualismos, quer sejam do autor da obra ou do seu observador, ora fixam o social ao coletivo “como existência de uma multiplicidade de pessoas” (p. 315).

Buscando superar a divisão dos significados produzidos entre emissor e receptor, falante e ouvinte herdada de estudos estruturalistas da linguística, Bakhtin (1979/2016) atribui a esses polos da comunicação discursiva a criação de estilos dos quais participam de modo responsivo/ativo tanto o emissor quanto o receptor de uma mensagem. Há na criação de um gênero discursivo a formação de novas relações semânticas dimensionadas por valorações dialógicas das formas sociais de manifestação da linguagem.

Relações dialógicas. Essas relações são profundamente originais e não podem se reduzir a relações lógicas, ou linguísticas, ou psicológicas, ou mecânicas ou a quaisquer outras relações naturais. É o novo tipo de relações *semânticas*, cujos membros só podem ser *enunciados integrais* (ou vistos como integrais ou potencialmente integrais), atrás dos quais estão (e nos quais *exprimem* a si mesmos) sujeitos do discurso reais ou potenciais, autores de tais enunciados (Bakhtin, 1979/2016, pp. 101-102).

Consideradas as produções de comunicação popular de imagens visuais e textos escritos como enunciados “integrais ou potencialmente integrais” das lutas sociais por direitos e invenção democrática nas décadas de 1970 e 1980, encontramos a classe trabalhadora no plural, “sujeitos do discurso reais ou potenciais”. Apropriando-se desses enunciados como sua autora “sui generis”, a classe trabalhadora os mantém vivos por relações dialógicas que se fixaram no continuum da comunicação e da cultura como dimensão subjetiva da realidade, fruto do trabalho de organização e comunicação popular daqueles movimentos de leigos, populares e grevistas no ABC Paulista e na Grande São Paulo dos anos 1970 e 1980.

Esta questão da expressão é muito importante, considerando que os meios de comunicação de massa, que atingem diretamente os trabalhadores e classes populares de maneira geral, elaboram um gênero discursivo e uma expressividade própria que capturam o espectador/leitor/ouvinte das emissoras de TV, da imprensa e das emissoras de rádio, formas típicas de acesso à informação, particularmente no período estudado. O próprio Bakhtin (1979/2000) diz que

Os gêneros correspondem a circunstâncias e a temas típicos da comunicação verbal e, por conseguinte, a certos pontos de contatos típicos entre *significações* da palavra e a realidade concreta. Daí segue que a possibilidade de expressão típicas formam como que uma superestrutura da palavra (p. 312).

Assim, era fundamental buscar uma alternativa de comunicação que pudesse se contrapor a um campo de significações praticamente intransponível. Qual a estratégia para enfrentar a “superestrutura da palavra” mencionada por Bakhtin produzida por um emissor tão potente que era capaz de definir o entendimento da realidade? Esse domínio discursivo é o que define o campo de significados que alimenta a dimensão subjetiva da realidade e que retorna ao trabalhador como indutor de sentidos (Furtado, 2011; González Rey, 2003, 2004; Vigotski, 1929/2000). Porém, exatamente a disputa da produção de sentidos é o que permitirá à publicação alternativa e ao contato pessoal no bairro e na fábrica se confrontar com uma forte zona de significados que excluía trabalhadores e classes populares de seu campo dialógico, produzindo uma decodificação de mão única, de caráter ideológico (Mészáros, 2004). Dessa forma, a disputa ideológica será realizada através da comunicação e da militância dos segmentos organizados dos trabalhadores e das classes populares nas fábricas e nos bairros. Ali ocorre, portanto, o enfrentamento à superestrutura da

palavra de cunho dominante que fornece o repertório que colonizava trabalhadores e moradores dos bairros populares. A vida cotidiana atravessada pelo discurso dominante não permite o campo de sentidos interpretar a realidade a partir da própria vivência e cede aos significados estabelecidos como intérprete por excelência da realidade. O enfrentamento realizado pela militância organizada coloca uma cunha nesse processo de dominação discursiva abstrata e artificial, trazendo uma leitura da realidade próxima da vivência concreta dos trabalhadores.

Além disso, é preciso mencionar que as dimensões subjetivas da realidade, do ponto de vista da sua conceituação, seguem estritamente, conforme debatido por Mészáros (2011) em *Estrutura social e formas de consciência*, a concepção de consciência coletiva elaborada por Marx nos “Grundrisse”. Ali, Mészáros fala da importância e atualidade da discussão sobre “base e superestrutura” em Marx, mas criticando autores que buscam aproximar a noção de superestrutura da posição de Max Weber sobre os “tipos ideais”. Para Mészáros, o que dá materialidade à consciência coletiva é o trabalho,

não somente enquanto categoria, mas efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade ... “trabalho em geral”, trabalho puro e simples, o ponto de partida da Economia moderna, devém verdadeira na prática (Marx, 1939, pp. 103-106, citado por Mészáros, 2011, p. 70).

E Mészáros (2011) acrescenta que “o conceito marxiano de ‘consciência de classe’ . . . é o reconhecimento de uma determinada modalidade de ação coletiva consciente, tendo o interesse de classe hegemônica como sua força motriz, correspondendo às potencialidades e realizações históricas da idade capitalista” (p. 70). E desenvolve logo adiante

que Marx declara explicitamente que seu interesse é a “penúria absolutamente imperiosa – a expressão prática da *necessidade*”, que não é uma questão de “significado subjetivo” idealmente hipostasiado, muito menos do que este ou aquele proletariado, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode *imaginar* de quando em vez como sua meta. Trata-se *do que* o proletariado é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu ser (Marx & Engels, 2003, p. 49, citado por Mészáros, 2011, p. 71).

Em outras palavras, no quadro conceitual marxiano, as categorias são tratadas como “‘formas de ser’ (Daseinformen) que condensam as ‘determinações [objetivas] de existência’ em seu desdobramento histórico dinâmico...” (Mészáros, 2011, p. 71).

Assim, podemos considerar que ao falarmos em dimensões subjetivas da realidade, estamos falando de um processo material que se expressa na superestrutura como consciência coletiva a partir de uma determinada visão de mundo constituída historicamente. O capitalismo, como vimos acima, é o modo de produção no qual esse fenômeno mais se desenvolve pelas condições históricas do desenvolvimento da própria humanidade e que se apresenta através da maneira como se constitui as “formas de ser” que inclui uma determinada consciência coletiva – a consciência de classe. Esta depende das formas de organização do “ser social”, como ele se apresenta historicamente e como constrói alternativas ao modo imperativo de pensar, de construção de visão de mundo dominante da burguesia.

Desse modo, objetivamente estamos falando aqui de uma determinada forma de construção da consciência de classe proletária, como ocorreu nos movimentos de trabalhadores no período avaliado neste artigo e como proliferou uma alternativa de comunicação popular que divulgava notícias e análises que se contrapunham à visão de mundo dominante e apoiavam a construção da alternativa operária de significação da realidade, constituindo dimensões subjetivas da realidade descontaminada da ideologia de classe burguesa.

Seguindo essas trilhas conceituais, passamos à análise de imagens visuais presentes em registros de comunicação populares aqui pesquisados.

Discussão e análise das fontes

Comissão de fábrica da Asama: cultura de solidariedade e comunicação popular

No caderno de divulgação “Comissão de Fábrica da Asama: construindo a organização operária”³, publicado em 1986, notamos pela apropriação da linguagem gráfica utilizada que os desenhos, as técnicas artísticas e charges têm na diagramação a intenção de fazer o(a) trabalhador(a)/leitor(a) interagir com a sua realidade pelas vias lúdica e humorística. A construção desse diálogo estimula o pensamento crítico e fortalece a criação de “lugares de luta” (Paranhos, 1999, p. 25) conquistados no interior da própria fábrica e que se desdobraram também para fora dela.

Elaborado pelo grupo “Reconstrução de Lutas Operárias”⁴, e com apoio do Centro Pastoral Vergueiro/Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), o caderno está organizado em seis capítulos temáticos, conclusão e publicação de anexos, como “Jornal da comissão”, “Formulários de pesquisa” da Comissão, “Boletim de apoio aos trabalhadores em greve da Atlas” e “Estatuto da comissão”.

A arte estilizada estampada sobre foto na capa e contracapa do caderno faz referência explícita às grandes assembleias do ABC Paulista lideradas pelo Sindicato dos Metalúrgicos e de Materiais Elétricos de São Bernardo do Campo e Diadema durante o movimento grevista (1978-1980). O contraste propiciado pela técnica de serigrafia, trabalhada sobre imagem fotográfica, ressalta nas cores azul e branco a presença em massa dos trabalhadores durante as assembleias no Estádio da Vila Euclides em São Bernardo do Campo. Porém, não são os rostos que aparecem ali destacados, como nos registros fotográficos publicados durante aquele período. São os milhares de braços e mãos erguidas que protagonizam a imagem, destacando intencionalmente esse gesto humano de participação.

O entrelaçamento de lutas, resistências e esperanças está sobreposto nesse enquadre visual, e a memória viva de contestações e construção de contrapoderes inscritos no próprio corpo do trabalhador e no imaginário social democrático constituem as imagens de apresentação do caderno. Nesse sentido, a veiculação dessas imagens visuais cumpre o papel de reforçar socialmente sentimentos libertários e de esperança, valores universais desde a revolução francesa, que ganham contornos revolucionários contra uma ditadura que reprime manifestações de qualquer ordem, e que se expressam no corpo por gestos solidários de participação e luta por justiça e democracia.

Se considerarmos que, em uma sociedade industrializada, o que rege nossas ações passa “por um princípio econômico de produtividade do corpo no trabalho, através de uma operação disciplinadora sobre esses corpos, capaz de torná-los dóceis ao exercício do poder” (Decca, 1984, p. 51), as assembleias dos trabalhadores ocorridas durante o movimento grevista significam, ainda hoje, em grande medida, uma ação organizada que se contrapôs à ciência da produção⁵ (economia política), sua cultura hegemônica de despolitização e de utilização de métodos coercitivos para o controle do processo produtivo (Decca, 1984). As assembleias, nesse sentido, também podem ser consideradas atividades de superação da consciência fragmentada pelos efeitos psicossociais de

3 Caderno “Comissão de Fábrica da Asama: construindo a organização operária”. Reconstrução de Lutas Operárias (org.). Ano: 1986. Ilustrações: Vilachã (Vila). Fotos: Graciela Magnoni. Projeto gráfico/composição: Artetexto. Impressão: Copyservice. Arquivo CPV, 2016.

4 Formado por trabalhadores da área da educação e sindicalistas, o grupo “Reconstrução de Lutas Operárias” atuou entre os anos de 1980 e 1990 na cidade de São Paulo, dedicando suas atividades a pesquisar, registrar, assessorar, divulgar e publicar experiências das lutas por democracia do movimento operário. Muitas de suas publicações receberam apoio e parceria do Centro Pastoral Vergueiro/Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV).

5 Decca discute amplamente os efeitos da ciência da produção (economia política) no processo produtivo, como a defesa incondicional da fábrica transformando-se em políticas de governo e as reações organizadas da classe trabalhadora diante disso (luddismo). O autor aborda o tema desde o final do século XVII na Europa até a primeira metade do século XX no Brasil, traçando paralelos entre a revolução industrial na Inglaterra, o taylorismo norte-americano e suas formas de disseminação nas políticas de industrialização no Brasil, chegando a estabelecer relações entre esses diferentes momentos históricos com a exploração industrial da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar brasileira.

dominação da relação capital-trabalho (fetichismo da mercadoria, reificação, exploração do homem sobre o homem), pois promovem entre os trabalhadores a discussão coletiva e dialética do binômio “*Entfremdung/Entäusserung* [alienação/exteriorização]” (Furtado & Svartman, 2009, p. 109).

Estas observações podem ser aplicadas a outros processos de organização, como a formação de comissões de fábrica e greves, experiências de defesa do trabalho instituídas por trabalhadores e trabalhadoras com a intenção de intervir diretamente sobre os meios de produção social do trabalho, e com isso frear minimamente a avalanche de reformas administrativas do Estado e precarização das relações de trabalho e reprodução da vida, como a automação, perda salarial, desemprego, adoecimento, fome e miséria.

Nesse processo de organização e resistência, a greve sempre foi o instrumento para forçar a fábrica a realizar negociações. Aqui estamos falando da *Entäusserung*⁶, ou das formas de *exteriorização* nas quais o trabalhador reconhece o seu trabalho na produção, mesmo que o faça discutindo seus direitos trabalhistas ou esgarçando a noção de direito para além do que é produzido no acordo social entre patrões e empregados nas formas institucionalizadas dessa relação... A exteriorização produz novos signos e um novo campo de significados que permite ancoragens que antes não seriam possíveis (Furtado & Svartman, 2009, pp. 108-109).

Tais temas estão presentes na história de formação da Comissão da Asama e aparecem discutidos nas imagens visuais do caderno que estamos analisando, as quais impactam a percepção do observador ao estabelecer um diálogo diferenciado com finalidade estética, propósito didático e conscientizador do ponto de vista da formação do pensamento e da ação política dos trabalhadores. Olhando por esse prisma, podemos avaliar a produção de comunicação popular instituinte de um novo campo de signos e significados, que podem evidenciar no seu conjunto práticas ancoradas no social resultantes do movimento dialético alienação/exteriorização, subjetividade/objetividade exercitado por trabalhadores e trabalhadoras nas suas lutas cotidianas.

No interior da publicação, os desenhos são assinados por Vila⁷ e estão dispostos nos capítulos como um storyboard dos acontecimentos desde a criação da comissão até a sua consolidação. O traço bem definido do quadrinista marca na sequência dos desenhos apresentados um estilo neorrealista. Vila busca evocar nas figuras aspectos reais e históricos enfrentados pelo grupo de trabalhadores para que a comissão já instalada deixasse de ser um instrumento de poder dos patrões, e passasse a ser um instrumento de poder dos trabalhadores.

Esse é precisamente o núcleo de significação que se destaca nos desenhos como dimensão subjetiva da organização dos trabalhadores: a necessidade de lutar contra toda forma de alienação e de se afirmar em processos solidários, como a criação de uma comissão de fábrica. Processos estes que visam romper com a tradição da ciência da produção e suas técnicas de esvaziamento de todo conteúdo político constituído pela participação dos trabalhadores no planejamento e no controle do processo fabril.

A Asama, empresa metalúrgica do antigo complexo industriário da Vila Leopoldina, em São Paulo, trabalhava sob encomenda fabricando peças para outras fábricas. Logo, seu funcionamento seguia um ritmo de produção diferenciado em relação a outras indústrias com fluxo contínuo de linha de montagem. Portanto, a produção contava com processos de planejamento de acordo com pedidos externos. Esse não seria apenas um mero detalhe, pois, incide o planejamento da produção em decisões que regulam todo o processo de apropriação/expropriação do próprio trabalho.

6 *Entfremdung* é o trabalho exteriorizado e elemento central da alienação. *Entäusserung* é o trabalho exteriorizado (Marx, 1844/2004).

7 Francisco Sebastião Vilachá, o Vila, é quadrinista e ilustrador desde a década de 1970, quando inicia suas publicações em revistas como *O Bicho* (1976), *Spektro* (1978), *Eros*, *Inter! Quadrinhos*, dentre outras. Atualmente, Vilachá desenvolve adaptações e ilustrações de obras literárias em quadrinhos pelas editoras Nona Arte e Escala Educacional.

A experiência da Comissão de Fábrica da Asama explicita exatamente essas disputas em torno do processo produtivo, sobretudo no aspecto constante da direção da fábrica e das chefias em querer controlá-lo completamente, lançando mão inclusive de métodos coercitivos. Esse *modus operandi*, já muito bem instalado nas indústrias, visa, além da obtenção máxima de lucro, desarticular o controle extremamente refinado que muitos trabalhadores têm em relação ao próprio processo produtivo na linha de montagem. Vivência dramática que não se encerra nos muros das fábricas e cujos efeitos psicossociais apontam para aspectos que Simone Weil chamou de desenraizamento da experiência da vida operária, sendo o impedimento da participação do operário no planejamento das atividades de trabalho apenas um dentre tantos outros aspectos que constituem a experiência de desenraizamento da classe trabalhadora (Svartman, 2010).

As lutas em torno do trabalho geradas pela imposição da cultura hegemônica da industrialização e sua ciência da produção, que despolitiza a ação dos trabalhadores na fábrica, nos leva ao tema do taylorismo e à análise de seu impacto na dimensão subjetiva do trabalho. Essa realidade nos direciona, no caso da Comissão da Asama, ao enfrentamento do tempo da produção e à repressão das chefias.

Na Asama, os trabalhos são cronometrados. A empresa planeja um tempo de produção para cada peça. Eles calculam o tempo da máquina, o tempo-homem. Acontece que no momento da produção, esse tempo nem sempre bate com as condições reais, o que provoca muita revolta nos operadores... São os chefes que cronometram o tempo de cada máquina e que impõem as metas de produção em cada seção, para cada operador. É isso que dá a eles um grande poder de pressão sobre os trabalhadores. A empresa aceitava discutir qualquer coisa – salário, promoção, melhoria nas condições de trabalho. Mas não abriam mão, de nenhum jeito, do controle sobre os trabalhadores (Reconstrução de Lutas Operárias, 1986, pp. 12-13).

Decca (1984) alerta para o fato de que a historiografia brasileira, ao estudar a implantação do taylorismo nas indústrias, ressaltou seus aspectos voltados à administração e racionalização do trabalho. Todavia, o autor questiona se isso teria sido o mais relevante para o sucesso da disseminação dessa prática disciplinadora da relação trabalho-capital. Para ele, o núcleo principal de atuação do taylorismo consiste em desarticular a ação organizada e especializada dos trabalhadores no processo produtivo, e, com isso, esvaziar todo o conteúdo político presente nas atividades de organização e participação do trabalhador no sistema de produção fabril. Muito embora Decca parta da experiência do taylorismo na indústria norte-americana do final do século XIX e início do século XX, é inegável que, durante a ditadura civil-militar, a manutenção de práticas de destruição da rede de controle dos trabalhadores no processo produtivo e de suas formas de organização (sindicatos, movimentos de base, imprensa alternativa e comunicação popular) continuou a existir. E por que não pensarmos na presença dessas práticas até os dias de hoje? Seguindo o raciocínio de Decca:

... o taylorismo não foi uma transferência de autoridade dentro das fábricas, uma vez que ela já estava instituída pela ação dos empreiteiros e dos contramestres. Foi muito mais uma estratégia política para retirar o poder de decisão dos trabalhadores na fábrica por meio de uma permanente apropriação de seu saber, visando com isso destruir uma específica organização do processo de trabalho.

Talvez resida aí a força do taylorismo. Nascido de uma luta contra o específico controle do processo de trabalho, o método de Taylor parte do pressuposto de que em qualquer organização da produção, seja ela qual for, não impera a anarquia, mas ao contrário, uma silenciosa rede de solidariedade e de saber cujos desdobramentos podem resultar num perigoso poder dos trabalhadores [ênfase adicionada] (Decca, 1984, p. 68).

Vale registrar que, durante o período da ditadura civil-militar no país, houve, além das práticas coercitivas, perseguição dos trabalhadores ligados ao sindicalismo combativo, métodos de tortura e ligação direta entre as direções das fábricas e os órgãos da repressão como o DOPS, DOI-CODI e Presídio Tiradentes em São Paulo. Recentemente, a partir dos trabalhos de apuração de violação de direitos humanos realizados pela Comissão Nacional da Verdade, o Ministério Público reconheceu e acatou as ligações ilegais entre a direção da Volkswagen e os órgãos de repressão da ditadura. Isso sem contar as outras inúmeras fábricas que funcionavam inclusive com a presença direta de agentes da repressão.

Nos desenhos do caderno, Vila apresenta homens e mulheres, brancos e negros, jovens e de meia idade, e ocupantes de diferentes funções, pelo que indicam as vestimentas de contornos bem definidos (Figura 1). O interessante é pensar, a partir dessa figura, que os trabalhadores ali representados aparecem como força coletiva dentro de um ambiente extremamente hostil de trabalho, onde supostamente não haveria possibilidade alguma para o encontro humano, apenas para a exploração. O desenho expressa a conquista da Comissão de Fábrica em relação aos tempos de produção e da repressão vivenciada no cotidiano das seções. Uma inversão na relação de poder se apresenta: todos os trabalhadores na figura estão dispostos de corpo inteiro sobre as cabeças dos chefes, representadas em forma achatada, servindo ainda como suporte daquele conjunto de trabalhadores. A luta dos trabalhadores realça dimensões de dignidade e feições cidadãs daquelas faces humanas, com corpos decididos a não se assujeitarem aos percalços da luta de classes travada no interior da fábrica.

Figura 1: Desenho capítulo III “A Fase de Implantação da Comissão” (quadrinista: Vila)



Fonte: *Reconstrução de Lutas Operárias* (1986, p. 14).

Há na sequência gráfica e pictórica de Vila, acerca da breve história de formação, atuação e existência da Comissão da Asama (1979-1985), um circuito do “fazer-se” (Thompson, 1981, pp. 9-10, citado por Miranda, 2020, p. 33) da classe trabalhadora em torno da conquista e disputa por espaços e tempos mais humanizados no interior da cultura de fábrica. Seus personagens, trabalhadores e trabalhadoras da Asama, assim como a representação dos ambientes, recebem contornos muito próximos de cenas cotidianas vivenciadas em muitas fábricas. A relação com o sindicato, a hierarquia das seções, a humilhação dos corpos e o ambiente artificial da fábrica são revelados em cada desenho por meio de traços e estilo do quadrinista traduzidos em linguagem social ativa tanto quanto a escrita.

Os demais quadrinhos da publicação são apresentados como expressão de outras lutas postas em disputa pelos trabalhadores e Comissão da Asama. Ambientes internos da fábrica, como o refeitório, hall administrativo, mural informativo e inclusive o banheiro, surgem como espaços conquistados, nos quais a circulação de informações e relações solidárias em torno das necessidades daquele coletivo são possíveis de acontecer.

Pelos traços do quadrinista, são recriados no imaginário do observador fragmentos de cenas que compõem uma “cultura de solidariedade” sobreposta àquela cultura hegemônica e despolitizada da fábrica, herança disciplinadora de corpos. Desse modo, a assembleia toma o espaço do refeitório, que pode servir igualmente para um lugar de leitura. A ida ao banheiro/vestiário e o uso do mural também são momentos para criação de sociabilidades. A conquista de direitos alcança a possibilidade do encontro, da troca de experiências, da conversa mais fluida, porque os trabalhadores, quanto mais apropriados de suas lutas, recriam temporalidades e lugares da memória operária tanto dentro da fábrica quanto fora dela.

Rebérioux (1992), ao pensar os lugares da memória operária na França, afirma que processos de organização do espaço de trabalho exercitados por mineiros e vidreiros do final do século XIX criaram uma “cultura de resistência à exploração mas também, na fábrica, nasceu no espaço do trabalho uma *cultura de solidariedade*” (Rebérioux, 1992, p. 50). A autora quer dizer que, no exercício mesmo de ter que trabalhar ocupando funções, os operários organizaram, para além do lugar da produção, lugares de sociabilidade e lugares simbólicos que atravessam a memória viva das cidades.

As próprias fábricas, como analisa a autora, assumem um caráter de convivência identificado a outros valores que não são só o da exploração, mas de solidariedade ou fraternidade, outro termo utilizado por Rebérioux. No espaço da fábrica, os trabalhadores produzem e são explorados, mas nele o encontro humano também é capaz de criar e organizar uma comunicação de solidariedades. Porém, alerta que essas relações, investidas pelo reconhecimento do desejo de viver bem e de ser feliz, não devem ser encaradas como um sonho. Há, como sabemos, no ambiente de trabalho forte competição entre as equipes e toda uma hierarquia a ser enfrentada.

Contudo, é na oficina que se constroem as primeiras solidariedades... Assim se prepara, no mesmo local onde as pessoas se encontram todos os dias, as dificuldades e as solidariedades que poderão desembocar na paralisação do trabalho em comum, no confronto com as hierarquias visíveis. “A união dos velhos camaradas nos leva à fraternidade”, diz uma canção vinda lá do fundo. Fraternidade suscetível de tomar forma em práticas simbólicas alimentadas pela presença comum do local de trabalho e que não se reduz a ele: preparação de festas do santo padroeiro dos trabalhadores siderúrgicos, festa em homenagem ao leal companheiro que se aposenta (Rebérioux, 1992, pp. 50-51).

Visto por outro ângulo, ela acrescenta ainda que, tomada a fábrica em ação, a cultura operária se entrelaça à cultura militante, alcançando suas lutas por democracia até mesmo companheiros e companheiras que nunca foram politicamente engajados. De certo modo, podemos dizer que as greves, mobilizações e paralizações, ocorridas entre os anos de 1978 e 1980 no ABC Paulista, foram assim construídas: entre a organização do espaço de produção (a fábrica) e a organização militante do novo sindicalismo, dos movimentos de leigos, também, do trabalhador e da trabalhadora não engajados, mas reconhecedores por vias distintas do desejo de utopia e de transformação social. Com a análise dos desenhos do quadrinista Vila, publicados no caderno sobre a Comissão da Asama, quisemos evidenciar nuances dessas relações humanas representadas graficamente por uma linguagem social ativa de comunicação popular.

Na intersecção das culturas operária e militante temos como resultado o conjunto de experiências solidárias ampliado. Surgem o próprio movimento grevista e as greves do ABC como

instituintes de toda uma “cultura de solidariedade” semeada no difícil cotidiano daqueles anos. É exatamente a extensão humana desse legado social de reivindicações da classe trabalhadora, disputadas no interior da luta de classes, que aparece escancarada como dimensão subjetiva da realidade nas representações gráficas dos materiais de comunicação popular.

Considerações finais

O destaque dado a essas perspectivas de representação gráfica e visual não consiste em mero apelo para o estético como forma ou produção excêntrica, até mesmo excepcional, da classe trabalhadora, mas pretende-se evidenciar outro aspecto relacionado à cultura, que, como nos ensina Williams (2015), “é algo comum a todos: este o fato primordial” (p. 5). O autor procura com esta afirmação aprimorar o entendimento de que a cultura deve ser vista como “modo de vida”, com significados que pressionam o desenvolvimento social, tanto individual quanto coletivo, das sociedades. São processos comuns de aperfeiçoamento, aprendizagem e esforço criativo que se dão nessas experiências, designando sentidos e significados que colocam em contraste concepções de cultura e luta de classes. Tanto quanto o autor, ressaltamos esse caráter de “comum a todos” na construção e veiculação dessas imagens visuais como forças ativas do social, ao mesmo tempo, pretendemos valorizar aspectos dessa cultura, que nos chamam para o convívio solidário e a arte do encontro. Pelas próprias palavras de Williams (2015):

Uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus integrantes são treinados; e as novas observações e os significados que são apresentados e testados... Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns –; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo (p. 5).

Entre “significados comuns” e “processos especiais de descoberta e esforço criativo” transitam as experiências da classe trabalhadora no ABC Paulista e na Grande São Paulo, voltadas ao aprendizado do que é comum a todos e aos “mais refinados significados individuais”. Esse fazer-se dos movimentos literalmente impresso nos materiais de comunicação popular fundem visualmente os contrastes da dimensão subjetiva da realidade presentes nas lutas por democracia daquele período. Se, por um lado, temos repressão nas fábricas e acidentes de trabalho, carestia e fome, arrocho salarial e desemprego, analfabetismo e relações de dominação, por outro lado, temos greves e paralizações, mobilização e participação popular, cinema, teatro, música, solidariedade, humanismo e crítica democrática. Pois, o que se pretende é a conquista de uma democracia com conteúdos sociais bem definidos de políticas de inclusão: a participação da mulher nos espaços públicos, o direito ao trabalho digno no campo e na cidade, o direito à cultura, o direito de organização, o direito à memória e o direito à saúde.

O trabalho de comunicação popular, produzido e distribuído pelos próprios movimentos atuantes nas décadas de 1970 e 1980, revisado neste artigo, evidencia que a cultura como solidariedade e a democracia são dimensões da experiência da classe trabalhadora que implicam criação, manutenção e defesa de direitos. Não são expressões finalizadas de uma ideia ou de um conceito prévio, senão invenção de sentidos e significados que requer compromisso com a transformação constante de vivências opressoras, pelo processo dialético do binômio “Entfremdung/Entäusserung” (alienação/exteriorização), tanto no plano da produção social do trabalho quanto dos afetos, evidenciando nuances da dimensão subjetiva da realidade hegemônica e contra-hegemônica em movimentos de luta por democracia da classe trabalhadora.

Referências

- Almeida, A. de. (2008). *Experiências políticas no ABC Paulista: lutas e práticas culturais de trabalhadores*. Edufu.
- Bakhtin, M. (2000). *Estética da criação verbal* (M. E. G. G. Pereira, Trad.; 3a ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1979)
- Bakhtin, M. (2016). *Os gêneros do discurso* (P. Bezerra, Trad.). Editora 34. (Originalmente publicado em 1979)
- Bock, A. M., & Gonçalves, M. da G. M. (2009). A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In A. M. Bock & M. da G. M. Gonçalves (Orgs.), *A dimensão subjetiva da realidade: Uma leitura sócio-histórica* (pp. 116-157). Cortez.
- Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. (2019). *Um pouco de nossa história*. <http://www.cpvsp.org.br/cpv.php>
- Cruz, H. de F. (2013). Comunicação popular e trabalhadores: Redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1980. *Projeto História*, (48), 1-28.
- Decca, E. S. de (1984). A ciência da produção: Fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*, 3(6), 47-79.
- Furtado, O. (2011). *Trabalho e solidariedade*. Cortez.
- Furtado, O., & Svartman, B. (2009). Trabalho e alienação. In A. M. Bock & M. da G. M. Gonçalves (Orgs.), *A dimensão subjetiva da realidade: Uma leitura sócio-histórica* (pp. 73-115). Cortez.
- Gombrich, E. H. (2007). *Arte e ilusão: Um estudo da psicologia da representação pictórica*. Martins Fontes.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: Uma aproximação histórico-cultural*. Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social*. Vozes.
- Hummes, C. (1980, 12 de setembro). *Relatório à CNBB sobre a greve dos metalúrgicos no ABC*. Diocese de Santo André.
- Martín-Baró, I. (2006). Hacia una psicología de la liberación. *Revista Psicología sin Fronteras*, 1(2), 7-14.
- Marx, K. (2004). Trabalho estranhado e propriedade privada. In *Manuscritos econômico-filosóficos* (J. Ranieri, Trad.; pp. 79-91). Boitempo. (Originalmente publicado em 1844)
- Mészáros, I. (2004). *O poder da ideologia*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2011). *Estrutura social e formas de consciência II: A dialética da estrutura e da história*. Boitempo.
- Miranda, V. (2020). *Trabalhadores e trabalhadoras em movimento(s): Leigos católicos e outros sujeitos na luta por democracia (ABC Paulista e Grande São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980)* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23123>
- Paoli, M. C., Sader, E., & Telles, V. da S. (1983). Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, 3(6), 129-149.
- Paranhos, K. R. (1999). *Era uma vez em São Bernardo: O discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982*. Editora Unicamp.
- Rebérioux, M. (1992). Os lugares da memória operária. In Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, *O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania* (pp. 47-56). Departamento de Patrimônio Histórico.
- Reconstrução de Lutas Operárias (Org.). (1986). *Comissão de Fábrica da Asama: Construindo a organização operária*. (1986). Artetexto.
- Said, E. W. (2007). *Humanismo e crítica democrática*. Companhia das Letras.
- Salles, P. (2013). *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP, 1973-1989)* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12803>
- Sandoval, S. (1994). *Os trabalhadores param: Greves e mudança social no Brasil, 1945-1990*. Ática.
- Silva, M. A. da. (2018). *Rir das ditaduras: os dentes de Henfil (Fradim – 1971/1980)*. Intermeios.
- Svartman, B. P. (2010). *Trabalho e desenraizamento operário: Um estudo de depoimentos sobre a experiência de vida na fábrica* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/jjvc>
- Vigotski, L. S. (1999). *Psicologia da arte* (P. Bezerra, Trad.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1960)

Vigotski, L. S. (2000). O manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21-44. (Originalmente publicado em 1929). <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>

Williams, R. (2015). *Recursos da esperança: Cultura, democracia, socialismo*. Editora Unesp.

Endereços para correspondência

vanessamiranda@ufam.edu.br

odairfurtado@pucsp.br

Submissão: 05/02/2021

Revisão: 20/04/2021

Aprovação: 26/04/2021

